

Exame escrito
Mestrado em Direito e Prática Jurídica
Justiça Constitucional
TAN

Regente: Vitalino Canas

11 de junho de 2026

Duração: 90 m

I

Desenvolva um dos seguintes temas:

1. Os modelos clássicos comparados de fiscalização da constitucionalidade e as suas derivações, numa época de hibridização.
Pp. 61-125 de *Justiça Constitucional I*, AAFDL, Lisboa, 2025.
2. Aplicações do princípio dispositivo e do inquisitório em direito processual constitucional.
Pp. 95 a 126 de *Justiça Constitucional II*, AAFDL, Lisboa, 2026.
3. A definitividade da decisão recorrida como pressuposto dos recursos de inconstitucionalidade ou ilegalidade reforçada.
4. Pp. 273 a 306 de *Justiça Constitucional II*, AAFDL, Lisboa, 2026.

Vale 6 valores.

II

Comente uma das seguintes frases

1. “É consensual que objeto idóneo dos processos de fiscalização da constitucionalidade ou da legalidade reforçada julgados pelo Tribunal Constitucional são normas que se materializem num critério de decisão e de conduta geral e abstrato. Consequentemente, as sentenças judiciais não são objeto idóneo de fiscalização concreta. Todavia, deparamo-nos frequentemente com a dificuldade de distinguir entre norma, com aqueles atributos e norma de decisão ou seja a norma implícita resultante de um processo de abstratização da sentença proferida no caso concreto”.

Pp. 248 a 255 de *Justiça Constitucional II*, AAFDL, Lisboa, 2026.

2. “Embora a norma que se extrai do n.º 3 do artigo 80.º, da LCT, seja considerada inconstitucional por alguns autores, por, alegadamente, ameaçar a independência do juiz *a quo*, também se pode dizer que sem ela a independência e o exercício das funções próprias do Tribunal Constitucional ficariam ameaçados”.
3. Maxime, pp. 476/9 e 485/6 de *Justiça Constitucional II*, AAFDL, Lisboa, 2026. Deve ser desenvolvida a temática das decisões do TC de interpretação conforme à Constituição, sua admissibilidade e efeitos no caso concreto, designadamente no que toca ao dever de reforma da decisão recorrida pelo juiz *a quo*.

Vale 8 valores

III

Escolha duas das seguintes alíneas e diga sucintamente o que entende, no âmbito do direito processual constitucional, por:

1. Fiscalização abstrata preventiva
Pp. 166 a 168 de *Justiça Constitucional II*, AAFDL, Lisboa, 2026.
2. Interesse processual
Vários locais de *Justiça Constitucional II*, AAFDL, Lisboa, 2026. No que toca à fiscalização concreta, por exemplo, pp. 378 ss.
3. Decisão sumária
Pp. 444 a 450 de *Justiça Constitucional II*, AAFDL, Lisboa, 2026.

Cada resposta vale 3 valores.